

**INEXIGIBILIDADE Nº 06/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 741/2022**

CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS NA ÁREA DE CIRURGIA PLÁSTICA E DERMATOLOGIA

PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: DE 07/10/2022 A 07/11/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO

A partir da publicação do presente edital, os interessados podem solicitar o seu credenciamento na sala do Setor de Licitações do Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Penápolis, situado na Avenida Dr. Eduardo de Castilho nº 700, Centro, Penápolis/SP, em dias úteis, nos seguintes horários: das 7h as 11h e das 13h as 16h. Demais informações, cópia do presente edital e seus anexos podem ser obtidos através do site www.cimpe.sp.gov.br, em Licitações, pelo telefone (18) 36542323 ou pelo e-mail: licitacao@cimpe.sp.gov.br

ÍNDICE DO EDITAL

PREÂMBULO.

- 1 – DO OBJETO
- 2 - PRAZO DE VIGÊNCIA, DIA, HORÁRIO E LOCAL DE CREDENCIAMENTO.
- 3 – DA FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO.
- 4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.
- 5 – DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO.
- 6 – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO.
- 7 – RESULTADO DO JULGAMENTO – HOMOLOGAÇÃO.
- 8 – DO PREÇO.
- 9 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
- 10 – OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.
- 11 – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CREDENCIANTE.
- 12 – HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO E SANÇÕES PELA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL.
- 13 – DA SUBCONTRATAÇÃO.
- 14 – DA SUB-ROGAÇÃO DO CONTRATADO.
- 15 – DA OBRIGAÇÃO DOS SUCESSORES.
- 16 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DOS RECURSOS E DEMAIS INFORMAÇÕES.
- 17 – DO FUNDAMENTO LEGAL.
- 18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
- 19 – DO PAGAMENTO.
- 20 – DO REAJUSTE.
- 21 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E ESCOLHA DO CREDENCIADO.
- 22 – DISPOSIÇÕES GERAIS.
- 23 – DO FORO.

**INEXIGIBILIDADE Nº 06/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 741/2022**

PREÂMBULO.

O Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Penápolis – CIMPE, inscrito no CNPJ sob o nº 55.750.301/0001-24, com sede na Avenida Dr. Eduardo de Castilho nº 700, Centro, Penápolis/SP, através de seu Secretário Executivo, abaixo assinado, torna público, para conhecimento dos interessados, a instauração de processo de CREDENCIAMENTO de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviço especializado para a realização de Procedimentos Cirúrgicos na área de Cirurgia Plástica e Dermatológica para atender as demandas dos Municípios Consorciados, por meio do presente instrumento, nos termos do artigo 25, “caput” da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, pelo regime de empreitada por preço unitário tabelado, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta de Contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

INTEGRAM O PRESENTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:

Anexo I – Tabela de Procedimento, Quantidade Estimada e Valor Fixado.

Anexo II – Formulário de Inscrição para Credenciamento.

Anexo III – Modelo de Declaração que não Emprega Menores.

Anexo IV – Declaração de Concordância com o Edital.

Anexo V – Minuta do Contrato de Credenciamento.

1- DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente regulamento o CREDENCIAMENTO de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviço especializado para a realização de Procedimentos Cirúrgicos na área de Cirurgia Plástica e Dermatológica, para atender as demandas dos Municípios Consorciados, conforme tabela de procedimentos, quantidades estimadas e preços de referência para credenciamento constante do Anexo I, com a finalidade de complementar/suplementar a prestação dos serviços de saúde colocados à disposição da população e desenvolvidos pelos Municípios Consorciados do Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Penápolis.

1.2 – O Consórcio Intermunicipal dispõe de prédio próprio para atendimento aos usuários do SUS, localizado na Rua Anchieta nº 540, Centro, Penápolis/SP, contando com salas para consultas, sala de recepção e banheiros, Sala de Pequena Cirurgia equipada com materiais e equipamentos para que, obrigatoriamente, os credenciados utilizem, a título precário, segundo sua natureza e pelo tempo de contrato firmado.

2 - PRAZO DE VIGÊNCIA, DIA, HORÁRIO E LOCAL DE CREDENCIAMENTO:

2.1 - O presente regulamento entra em vigor na data de sua publicação e o credenciamento vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Contrato, podendo qualquer interessado do ramo, durante esse prazo e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento.

2.2 - O prazo de vigência do credenciamento poderá ser prorrogado, por prazos iguais e sucessíveis períodos, a critério da Administração do CIMPE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

2.3 - A partir da publicação do presente edital, os interessados podem solicitar o seu credenciamento na sala do Setor de Licitações do Consórcio Intermunicipal, situado na Avenida Dr. Eduardo de Castilho nº 700, Centro, Penápolis/SP, em dias úteis, nos seguintes horários: das 7h as 11h e das 13h as 16h. Demais informações, cópia do presente edital e seus anexos podem ser obtidos através do site www.cimpe.sp.gov.br, pelo telefone (18) 3654 2323 ou pelo e-mail: licitacao@cimpe.sp.gov.br

3 - DA FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

3.1 - Os agendamentos das pequenas cirurgias só poderão ser feitos pela Clínica de Especialidades do CIMPE.

3.2 - Na execução do objeto deste Credenciamento a Clínica de Especialidades do CIMPE manterá em seus arquivos o cadastro dos usuários do SUS, possibilitando assim o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços.

3.3 - O Credenciado deverá realizar as pequenas cirurgias nos dias e horários estabelecidos pelo CIMPE, segundo agendamento feito pela Clínica de Especialidades e comunicados com antecedência mínima de 8 dias.

3.4 - A empresa credenciada não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados neste regulamento.

3.5 - O quantitativo descrito na tabela do Anexo I poderá sofrer acréscimos ou supressões a critério da Administração do CIMPE, observada a limitação legal.

3.6 - A quantidade prevista no Anexo I é estimativa, não obrigando o CIMPE a efetuar a contratação da totalidade estimada e será rateada entre os Credenciados de forma igualitária.

3.7 - O CIMPE arcará com todo o material necessário para a prestação dos serviços ora contratados.

3.8 - O CIMPE fornecerá todos os Formulários necessários, que deverão ser utilizados exclusiva e especificamente para os atendimentos dos pacientes do SUS, via CIMPE.

3.9 - Fica expressamente proibido que o Credenciado exija que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1 - Poderão participar do presente credenciamento pessoas jurídicas que atendam as condições deste Edital para prestação de serviços especializados em Procedimentos Cirúrgicos na área de Cirurgia Plástica e Dermatológica conforme especificações contidas na tabela de procedimento, quantidade e preço de referência para credenciamento constante do Anexo I.

4.2 - Os interessados devem solicitar o credenciamento, na sala do Setor de Licitações, situada na Avenida Dr. Eduardo de Castilho nº 700, Centro, Penápolis/SP, em dias úteis, no horário das 7h as 11h e das 13h as 16h, no período de **07 de Outubro de 2022 a 07 de Novembro de 2022**, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preço que remunerará o serviço prestado, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

4.4 - Serão credenciados todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento.

4.5 - NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:

4.5.1 - As empresas suspensas do direito de licitar e contratar com qualquer um dos Municípios Consorciados e ao CIMPE, no prazo e nas condições do impedimento, bem como aquelas declaradas inidôneas por qualquer outro órgão da Administração Pública, nos termos do Artigo 87, inciso III e IV da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

4.5.2 - Não será permitida a participação de consórcios.

4.5.3 - Não será permitida a participação de empresas sob processo de falência ou recuperação judicial.

4.5.4 - Associações sem fins lucrativos e cooperativas de trabalho.

5 - DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO:

5.1 - Para fins de Habilitação neste Credenciamento, o Licitante deverá apresentar dentro de um envelope identificado com os dados da empresa os seguintes documentos:

a) Preencher o Formulário de Inscrição (Anexo II) endereçado ao Setor de Licitações, redigido em papel timbrado, assinado pelo representante legal, solicitando o credenciamento, concordando com as disposições constantes neste regulamento, e de que aceita prestar o serviço pelo valor constante da tabela de referência prevista neste instrumento (Anexo I).

b) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato Constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor (última alteração), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

d) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), (Lei 8.036/90, Art. 27), expedido pela Caixa Econômica Federal;

e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social (abrangendo as contribuições para com a Previdência Social);

f) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, se houver;

- g) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- h) Prova de Regularidade para com a Justiça do Trabalho (CNDT);
- i) Diploma de Conclusão, Registro em Órgão de Classe e Título de Especialização ou Residência do profissional médico que irá realizar os procedimentos.
- j) Prova de Registro no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES).
- k) Declaração de que não emprega menores de 18 anos, conforme modelo constante do Anexo III;
- l) Declaração de concordância com o Edital, conforme modelo constante do Anexo IV

6 - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO:

6.1 - A análise da aceitabilidade dos documentos compreenderá o exame:

- a) Dos documentos exigidos e da compatibilidade das características do serviço ofertado com as especificações indicadas;
- b) Da forma, prazo e condições de execução propostos como especificados e com as disponibilidades orçamentárias da Administração.

6.2 - Serão consideradas inaceitáveis, sendo desclassificados os interessados:

- a) Que não contiveram todos os dados exigidos no item nº 5 e subitens;
- b) Que não atenderem todos os requisitos das especificações;
- c) Que não se submeterem às condições expressas neste regulamento.

7 - RESULTADO DO JULGAMENTO - HOMOLOGAÇÃO:

7.1 - O atendimento das condições de credenciamento será aferido pela Comissão de Credenciamento, nomeada pela Portaria CIMPE nº 33 de 24/11/2021.

7.2 - A Comissão de Credenciamento poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

7.3 - O julgamento do credenciamento será devidamente registrado em ata.

7.4 - Após a análise da documentação, sem nenhuma irregularidade for constatada na documentação e demais documentos, será a empresa declarada apta e, por conseguinte, homologada pela autoridade competente, firmando com o interessado o Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento, em conformidade com a minuta do Anexo V, com a devida publicação do ato.

7.5 - A recusa do Credenciamento será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos neste Edital.

8 - DO PREÇO:

8.1 - A remuneração que fará jus o Credenciado, em decorrência do serviço que efetivamente venha a prestar, corresponderá ao valor previamente fixado e que consta do Anexo I.

8.2 - No preço está incluso todos os custos diretos ou indiretos, os encargos necessários à execução do objeto, encargos trabalhistas, transporte, seguros em geral, taxas, impostos, tarifas e outras quaisquer despesas que se fizerem necessária à boa execução do objeto deste regulamento.

8.3 - Sobre o valor devido ao Credenciado, a Administração do CIMPE efetuará a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte e demais contribuições devidas.

8.4 - Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/2003, e legislação municipal aplicável.

8.5 - O Credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1 - A autorização para a realização dos serviços constantes do presente credenciamento será expedido pelo Consórcio Intermunicipal, que estipulará os serviços a serem prestados e a relação com os nomes dos usuários acompanhados de autorização específica para o atendimento.

9.2 - O Consórcio Intermunicipal poderá aumentar o prazo para execução dos serviços de saúde, desde que haja conveniência para os municípios consorciados e não importe em prejuízos ao interesse público.

9.3 - O credenciado será obrigado a atender toda a cota mensal de atendimentos enviada durante a vigência do contrato, exceto quando se manifestar justificadamente com antecedência de 30 dias pela suspensão do credenciamento.

9.4 - O credenciado não poderá cobrar do usuário, ou seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados.

10 - OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS:

10.1 – Atender aos usuários agendados pela Clínica de Especialidades do CIMPE.

10.2 - Emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços, relatórios identificando as requisições e os atendimentos realizados, sendo que para a emissão da Nota Fiscal de Prestação de Serviço, o Credenciado deverá emitir uma Nota Fiscal para cada município integrante do CIMPE, todas na

razão social da Contratante e no corpo da Nota Fiscal especificar que são referentes a procedimentos cirúrgicos conforme Anexo I realizados nos pacientes de determinado município referente ao mês da prestação do serviço, após a conferência da produção apresentada pelo CIMPE.

10.3 - Na execução das atividades do objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar a todos os usuários padrões técnicos de conforto material e de horários.

10.4 - Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto do Termo de Credenciamento que originar deste procedimento.

10.5 - Apresentar sempre que solicitado pela Administração, documentação necessária para a manutenção do credenciamento.

10.6 - Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos pelo Termo de Credenciamento.

10.7 - Assumir a responsabilidade técnica e profissional pelos serviços executados.

10.8 - Manter sempre atualizado e assegurar ao usuário informações sobre seu prontuário mediante solicitação por escrito do próprio paciente ou representante legal.

10.9 - Garantir a confiabilidade dos dados com o compromisso de não divulgar, sob nenhuma forma, os cadastros e arquivos referentes às unidades de saúde, aos profissionais de saúde e aos usuários do SUS que vierem a ter acesso.

10.10 - Apresentar sempre que solicitado por escrito pelo CIMPE cópia do prontuário do paciente, quando requisitado judicialmente. É vedado ao médico liberar cópias do prontuário sob sua guarda, exceto para atender ordem judicial ou para sua própria defesa, assim como quando autorizado por escrito pelo paciente ou por seu representante legal.

10.11 - Esclarecer aos usuários sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.

10.12 - Justificar ao Secretário Executivo do CIMPE, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento.

10.13 - Facilitar ao CIMPE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim.

10.14 - Comunicar ao CIMPE, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

10.15 - Utilizar somente mão de obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos.

10.16 - Atender os usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços.

10.17 - A Diretoria Técnica de Enfermagem do CIMPE Informará o quantitativo de procedimentos efetivamente realizados no período compreendido entre o dia 01 ao último dia do mês da prestação dos serviços, para que o Contratado emita e encaminhe as respectivas notas fiscais de prestação de serviços até o 10º (décimo) dia útil do mês imediatamente subsequente ao CIMPE, para inclusão na fatura dos Municípios Consorciados.

10.18- O credenciado deverá entregar as planilhas de atendimento do mês até o 5º (quinto) dia útil para poder ser realizado as conferências dos atendimentos e após tudo certo, será liberado o faturamento para emissão de Nota Fiscal.

10.19 - Manter-se, durante toda a execução do Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O CIMPE se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

10.20 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados ao CIMPE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

10.21 - Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, bem como assumir as suas despesas de deslocamentos, hospedagem e alimentação enquanto persistir responsabilidades perante o Contrato de Credenciamento.

10.22 - Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica.

10.23 – Não será permitida a utilização de estagiários pelos Credenciados tanto nas dependências do CIMPE, como nos locais indicados no Credenciamento, ou seja, onde serão prestados os atendimentos junto aos usuários encaminhados para os consultórios.

10.24 - O Contratado deverá manter registros contábeis específicos para fins de acompanhamento e avaliação dos recursos obtidos com o Credenciamento, para fins de fiscalização.

11 - OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:

11.1 - Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.

11.2 - Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela credenciada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 - Emitir autorização individualizada para a realização dos procedimentos.

11.4 - Se houver mais de um credenciado para a realização dos Procedimentos Cirúrgicos na área de Cirurgia Plástica e Dermatológica, a distribuição da demanda será feita de forma

igualitária, imparcial e impessoal entre todos os credenciados pela Comissão de Credenciamento.

12 - HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO E SANÇÕES PELA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL

12.1 - O Contratado poderá ter seu contrato rescindido nas seguintes hipóteses cometidas:

12.1.1 - A não realização das ações e serviços de saúde contratados:

12.1.2 - A cobrança de quaisquer serviços, direta ou indiretamente, do usuário ou seu acompanhante;

12.1.3 - A mudança de capacidade operativa do estabelecimento de saúde, sem acordo prévio;

12.1.4 - A paralisação da prestação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao CIMPE ou outras condutas caracterizadoras de inexecução contratual.

12.2 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento o CIMPE poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à Credenciada as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

a) Advertência;

b) Multa na forma prevista no subitem 12.2;

c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

12.3 - Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a Credenciada:

a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;

b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;

e) Não iniciar, sem justa causa, a execução do Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento no prazo fixado;

f) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;

g) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao CIMPE, aos Consortes e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

12.3.1 - As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

12.3.2 - As multas aplicadas na execução do Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à Credenciada, a critério exclusivo da Administração do CIMPE, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4 - O Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento poderá ser rescindido por interesse do Contratado, mediante requerimento por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendado antes de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o Termo de Descredenciamento, quando cessarão as obrigações de ambas as partes.

13 - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 - É vedada a subcontratação do objeto deste Credenciamento.

14 - DA SUB-ROGAÇÃO DO CONTRATADO

14.1 - Será expressamente vedada à sub-rogação do credenciado, salvo *ex vi* do disposto na cláusula seguinte deste Regulamento.

15 - DA OBRIGAÇÃO DOS SUCESSORES

15.1 - O Termo de Credenciamento vincula as partes que dela participam e seus sucessores a qualquer título.

16 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DOS RECURSOS E DEMAIS INFORMAÇÕES

16.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital até 5 (cinco) dias úteis após a data da publicação do Edital de Credenciamento, que será publicado, em resumo, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E.), Jornal Diário de Penápolis e disponibilizado no site www.cimpe.sp.gov.br.

16.2 - Caberá à Comissão de Credenciamento julgar e responder à impugnação em até 05 (Cinco) dias úteis.

16.3 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo.

16.4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5 - Em caso de indeferimento do pedido de credenciamento, o interessado poderá interpor recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da homologação do processo de credenciamento.

16.6 - Dos demais atos da Comissão de Credenciamento caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei 8.666/93.

16.7 - Os pedidos de impugnação, recursos e outros esclarecimentos necessários poderão ser feitos, desde que por escrito, no endereço descrito no preâmbulo deste Edital.

16.8 - A resposta às dúvidas suscitadas será transmitida em até 05 (Cinco) dias úteis após a data do protocolo na Administração do CIMPE.

17 - DO FUNDAMENTO LEGAL

17.1 - O Termo de compromisso advindo do presente edital reger-se-á em conformidade com os termos deste, com a Lei Federal nº 8.666/93, Resolução CISA nº 03/2018 e demais disposições legais aplicáveis à espécie.

17.2 - O Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento se caracteriza como relação contratual de prestação de serviços.

18 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05.06.01 Alto Alegre 40 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

05.06.02 Avanhandava – 42 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

05.06.03 Barbosa – 44 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

05.06.04 Braúna – 46 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

05.06.05 Glicério – 48 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

05.06.06 Luiziânia – 50 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

05.06.07 Penápolis – 52 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

19 - DO PAGAMENTO

19.1 - A Credenciada deverá emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços, relatórios identificando as requisições e os atendimentos realizados, sendo que para a emissão da Nota Fiscal de Prestação de Serviço, o Credenciado deverá emitir uma Nota Fiscal para cada município integrante do CIMPE, todas na razão social da Contratante e no corpo da Nota Fiscal especificar que são referentes a atendimentos na área de Procedimentos Cirurgicos realizados nos pacientes de determinado município referente ao mês da prestação do serviço.

19.2 - Os pagamentos serão realizados pela Tesouraria do CIMPE e serão efetuados mensalmente às credenciadas, conforme os valores especificados no Preço de Referência para Credenciamento constante do Anexo I, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota fiscal de prestação de serviços, de acordo com a quantidade de procedimentos efetivamente realizados.

19.3 - Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação do comprovante de atendimento emitido pela Clínica de Especialidades do CIMPE, descrevendo a quantidade de procedimentos efetuados e apresentação de nota fiscal de prestador de serviços.

19.4 - A Administração não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste instrumento.

20 - DO REAJUSTE E DA REVISÃO CONTRATUAL

20.1 - A Administração do CIMPE poderá apresentar nova proposta de valores praticados a cada período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Edital (data em que a Administração apresentou a sua proposta inicial de valores a serem pagos aos credenciados), para o primeiro reajuste, e da data de início de vigência do reajuste anterior, nos reajustes subsequentes, em estrita observância às regras abaixo:

20.1.1 - Os valores constantes do Anexo I deste Edital poderão ser reajustados de acordo com as determinações da Câmara Técnica do CIMPE.

20.1.2 - Os valores reajustados deverão entrar em vigor no dia imediatamente posterior ao transcurso de 12 meses da publicação da proposta prévia de valores praticados por parte da Administração, independentemente da data de publicação da nova proposta, e serão aplicáveis a todos os contratos em vigor, inclusive aos novos contratos.

20.2 - Os valores poderão ser revisados desde que ocorrido fato imprevisível que acarrete desequilíbrio da relação econômico-financeiro original do contrato, devidamente comprovada, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93, mediante requerimento a ser formalizado pela Credenciada.

21 - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1 - Os serviços objeto do presente credenciamento deverão ser prestados na Clínica de Especialidades do CIMPE, localizado na Rua Anchieta nº 540, Centro, Penápolis/SP.

22 - DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - A Administração poderá alterar ou revogar o presente regulamento, a qualquer tempo, desde que justificado.

22.2 - O Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento que será firmado não implica nenhum vínculo trabalhista ou previdenciário, tendo as credenciadas responsabilidades única, exclusiva e total pelos serviços prestados.

22.3 - A Comissão de Credenciamento ou a autoridade superior poderão, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que considerarem necessárias, para esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

22.4 - A apresentação dos documentos de habilitação implica na aceitação de todos os termos contidos neste Edital.

22.5 - Em qualquer fase do procedimento licitatório, o Consórcio se reserva o direito de solicitar aos proponentes esclarecimentos eventualmente necessários a um perfeito juízo e entendimento dos documentos apresentados.

22.6 - O CIMPE se reserva o direito de, em qualquer época, suspender, revogar ou anular, total ou parcialmente, em qualquer de suas etapas o presente credenciamento. Fica reservado o direito ainda de inabilitar ou desclassificar qualquer proposta que não atenda a todas as condições estabelecidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte.

22.7 - Todas as condições desta licitação, bem como os elementos nela referidos, especificações, documentos de habilitação, documentos técnicos e financeiros, cronograma, relação quantitativa e outros constantes deste processo licitatório, serão partes integrantes do contrato a ser celebrado entre a credenciada e o contratante.

22.8 - A credenciada fica obrigada a manter as mesmas condições de cadastro quando da celebração do Termo de Credenciamento.

22.9 - O credenciamento poderá ser realizado para a prestação imediata dos serviços credenciados ou somente para formalizar relação para futura prestação de serviços, mediante solicitação da Administração.

22.10 - Fica em aberto a adesão de novos interessados enquanto vigorar o presente credenciamento.

22.11 - Fica a Credenciada autorizada a implantação do Prontuário Eletrônico no sistema de atendimento fornecido pelo CIMPE.

22.12 - A Contratante irá disponibilizar o treinamento com ênfase na implantação do Sistema do Prontuário Eletrônico.

22.13 - Para dar conhecimento ao público em geral, havendo prorrogação do processo de credenciamento, o Consórcio providenciará a publicação do aditamento.

22.14 - O presente Edital será publicado na forma de extrato (síntese) no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E.), Jornal Diário de Penápolis e disponibilizado no site www.cimpe.sp.gov.br.

23 - DO FORO

23.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Penápolis, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este instrumento, com renúncia a qualquer outro, mesmo que privilegiado.

Penápolis, 07 de Outubro de 2022.

AGNALDO CESAR DUARTE
Secretário Executivo do CIMPE

ANEXO I

Tabela de Procedimento, Quantidade Estimada e Valor Fixado da Categoria.

**PLANILHA DE ATENDIMENTO REALIZADO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS NA ÁREA DE
CIRURGIA PLÁSTICA**

Código	Nome do Procedimento	Demand a p/ 12 meses	Valor unitário Tabela CIMPE
0413010031	Curativo em grande queimado	03	R\$ 43,75
0413010040	Curativo em médio queimado	03	R\$ 31,25
0413010058	Curativo em pequeno queimado	03	R\$ 18,75
0401010015	Curativo grau II c/ ou s/ debridamento	03	R\$ 32,40
0401010040	Eletrocoagulação de lesão cutânea	2.398	R\$ 11,84
0401010074	Exérese de tumor de pele e anexos / cisto sebáceo / lipoma	103	R\$ 12,46
0401010090	Fulguração / cauterização química de lesões cutâneas	1.457	R\$ 11,84
0405010176	Sutura de pálpebras	142	R\$ 143,99
0401010120	Retirada de lesão por shaving	03	R\$ 19,79
0405010125	Reconstituição parcial de pálpebra com tarsorrafia	177	R\$ 259,20
0401010058	Excisão de lesão e/ou sutura de ferimento da pele anexos e mucosa	02	R\$ 23,16
0406020132	Excisão e sutura de hemangioma	21	R\$ 29,86
0415040043	Debridamento de ulcera / necrose	03	R\$ 29,86
0201010020	Biopsia / punção de tumor superficial da pele	03	R\$ 14,10
0201010372	Biopsia de pele e partes moles	53	R\$ 25,83
0404020097	Excisão e sutura de lesão na boca	03	R\$ 28,00
0405040202	Tratamento de ptose palpebral	14	R\$ 323,34
0405040199	Tratamento cirúrgico de xantelasma	04	R\$ 116,42
0404020100	Excisão em cunha de lábio	03	R\$ 29,86
0405010079	Exérese de calázio e outras pequenas lesões da pálpebra e supercílios	03	R\$ 45,00
0405010141	Simblefaroplastia	03	R\$ 116,42
0405010010	Correção cirúrgica de entrópio e ectrópio	03	R\$ 116,42
0405010028	Correcao cirúrgica de epicanto e telecanto	03	R\$ 159,37
0405010192	Tratamento cirúrgico de triquiase c/ ou s/ enxerto	03	R\$ 159,37
0201010640	Punção p/ esvaziamento	03	R\$ 13,25
0407020225	Excisão de lesão/tumor anu-retal	02	R\$ 21,68
406020140	Excisão e sutura de linfangioma/nevus	02	R\$ 29,86

ANEXO II

FORMULÁRIO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

À
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Do Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Penápolis - CIMPE

Para fins de CREDENCIAMENTO, anexamos os documentos de habilitação exigidos no Edital de Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços especializados, realizado de Procedimentos Cirúrgicos na área de Cirurgia Plástica - Processo Licitatório nº 741/2022, Inexigibilidade nº 06/2022, que nos comprometemos a prestar, em conformidade com as características, quantidade e valor estabelecido no Anexo I, declarando, desde já, que aceitamos todas as condições estipuladas no referido Edital e seus anexos.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco: _____ Nº da Agência: _____

Nº da Conta Corrente: _____

Para fins de contatos informar:

Telefone do Consultório: _____

E-mail: _____

Atenciosamente,

Identificação e assinatura do Responsável legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº..... **DECLARA**, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no Inciso XXXIII, do Artigo 7 da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. ()
(observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser expressão de verdade, assino a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2022.

Identificação e assinatura do
Representante legal da empresa

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Declaro para todos os fins de direito, concordar com as condições do edital no tocante à forma de atendimento e Preço de Referência, comprometendo a fornecer as informações ou documento solicitado referente aos atendimentos realizados. Declaro, ainda, que aceito expressamente as exigências e diretrizes estabelecidas pelas normas do SUS (VISA e Portarias do Ministério da Saúde) e da Lei Federal nº 8.666/93.

_____, _____ de _____ de 2022.

Identificação e assinatura do
Representante legal da empresa

ANEXO V

**CONTRATO Nº _____/2022
INEXIGIBILIDADE Nº 06/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 741/2022**

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO SISTEMA DE CREDENCIAMENTO

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA MICRORREGIÃO DE PENAPOLIS - CIMPE, inscrito no CNPJ sob o nº 55.750.301/0001-24, com sede na Avenida Dr. Eduardo de Castilho nº 700, Centro, Penápolis/SP, neste ato representado por seu Secretário Executivo, Sr. Agnaldo Cesar Duarte, portador do RG nº 19.567.108-9 – SSP/SP e do CPF/MF nº 061.707.018-03.

CONTRATADO: (qualificação da empresa e do representante)

As partes acima nomeadas e qualificadas têm entre si justas e contratadas o presente Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento, conforme cláusulas que seguem, a reger-se de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente contrato a Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento de Pessoa Jurídica para realização de consultas consistentes em:

Código	Nome do Procedimento	Demand a p/ 12 meses	Valor unitário Tabela CIMPE
--------	----------------------	----------------------------	--------------------------------------

1.2 - É parte integrante deste Contrato o Edital de Credenciamento - Processo Licitatório nº 741/2022 - Inexigibilidade nº 06/2022 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 - O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até/...../....., podendo qualquer interessado do ramo, durante esse prazo e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento.

2.2 - O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, por prazos iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração do CIMPE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Os agendamentos das pequenas cirurgias só poderão ser feitos pela Clínica de Especialidades do CIMPE.

3.2 – Na execução do objeto deste Credenciamento a Clínica de Especialidades do CIMPE manterá em seus arquivos o cadastro dos usuários do SUS, possibilitando assim o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços.

3.3 – O Contratado deverá realizar as pequenas cirurgias nos dias e horários estabelecidos pelo CIMPE, segundo agendamento feito pela Clínica de Especialidades e comunicados com antecedência mínima de 8 dias.

3.4 - A empresa credenciada não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados neste regulamento.

3.5 - O quantitativo descrito na tabela do Anexo I poderá sofrer acréscimos ou supressões a critério da Administração do CIMPE, observada a limitação legal.

3.6 - A quantidade prevista no Anexo I é estimativa, não obrigando o CIMPE a efetuar a contratação da totalidade estimada e será rateada entre os Credenciados de forma igualitária.

3.7 - O CIMPE arcará com todo o material necessário para a prestação dos serviços ora contratados.

3.8 – O CIMPE fornecerá todos os Formulários necessários, que deverão ser utilizados exclusiva e especificamente para os atendimentos dos pacientes do SUS, via CIMPE.

3.9 - Fica expressamente proibido que o Credenciado exija que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - Os serviços objeto do presente contrato deverão ser prestados na Clínica de Especialidades do CIMPE, localizado na Rua Anchieta nº 540, Centro, Penápolis/SP.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

5.1 - Emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços, relatórios identificando as requisições e os atendimentos realizados.

5.2 - Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento.

5.3 - Apresentar sempre que solicitado pela Administração, documentação necessária para a manutenção do credenciamento.

5.4 - Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos neste Contrato de Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento.

5.5 - Assumir a responsabilidade técnica e profissional pelos serviços executados.

5.6 - Garantir a confiabilidade dos dados com o compromisso de não divulgar, sob nenhuma forma, os cadastros e arquivos referentes às unidades de saúde, aos profissionais de saúde e aos usuários do SUS que vierem a ter acesso.

5.7 - Apresentar sempre que solicitado por escrito pelo CIMPE cópia do prontuário do paciente, quando requisitado judicialmente. É vedado ao médico liberar cópias do prontuário sob sua guarda, exceto para atender ordem judicial ou para sua própria defesa, assim como quando autorizado por escrito pelo paciente ou por seu representante legal.

5.8 - Esclarecer aos usuários sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.

5.9 - Justificar ao Secretário Executivo do CIMPE, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste contrato.

5.10 - Facilitar ao CIMPE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim.

5.11 - Comunicar ao CIMPE, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

5.12 - Utilizar somente mão de obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos.

5.13 - Atender os usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços.

5.14 – Informar ao CIMPE, o quantitativo de procedimentos realizados no período compreendido entre o dia 01 ao último dia do mês da prestação dos serviços, emitindo e encaminhando a respectiva nota fiscal de prestação de serviços até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente subsequente à Diretoria Técnica do CIMPE, para inclusão na fatura dos Municípios Consorciados, após a conferência da produção apresentada.

5.15 - Manter-se, durante toda a execução do Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O CIMPE se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

5.16 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento.

5.17 - Participar das reuniões convocadas pela Administração do CIMPE.

5.18 - 10.8 - Manter sempre atualizado e assegurar ao usuário informações sobre seu prontuário mediante solicitação por escrito do próprio paciente ou representante legal.

5.19 - Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, bem como assumir as suas despesas de deslocamentos,

hospedagem e alimentação enquanto persistir responsabilidades perante o Contrato de Credenciamento.

5.20 - Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames, procedimentos e consultas.

5.21 - Fica expressamente proibido que o Contratado exija que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco.

5.22 - O Contratado deverá informar até o dia 15 (quinze) de cada mês as datas de atendimento do mês seguinte ao CIMPE, ficando o Credenciado com a responsabilidade pelo atendimento de toda a cota enviada para marcação das consultas e o mesmo deverá cumprir a referida cota.

5.23 - O Contratado deverá apresentar semanalmente a planilha (dados do paciente) com assinatura do paciente e assinatura do profissional e CID, filipeta assinada pelo paciente ou responsável no ato da consulta.

5.24 - O Contratado deverá entregar as planilhas de atendimento do mês até o 5º (quinto) dia útil para poder ser realizado as conferências dos atendimentos e após tudo certo, será liberado o faturamento para emissão de Nota Fiscal.

5.25 - O Contratado será obrigado a atender toda a cota mensal de atendimentos enviada durante a vigência do contrato, exceto quando se manifestar com antecedência de 30 dias pela suspensão do credenciamento.

5.26 - O Contratado deverá manter registros contábeis específicos para fins de acompanhamento e avaliação dos recursos obtidos com o Credenciamento, para fins de fiscalização.

5.27 - Fica o Contratado autorizado na implantação do Prontuário Eletrônico no sistema de atendimento fornecido pelo CIMPE.

5.28 - A Contratante irá disponibilizar o treinamento com ênfase na implantação do Sistema do Prontuário Eletrônico.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE

6.1 - Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.

6.2 - Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3 - Emitir autorização individualizada para a realização dos procedimentos.

6.4 - Atender as solicitações e esclarecimentos todas as vezes que for requerido pelo ente consorciado, credenciados e demais interessados, sempre justificando sua pertinência, ressalvadas hipóteses de sigilo que o caso assim determinar cabendo a Secretaria Executiva a análise dos fatos e fundamentos que ensejaram o pedido.

6.5 - Os agendamentos dos exames serão de responsabilidade da Clínica de Especialidades do CIMPE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

7.1 - A remuneração que fará jus o Contratado, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores previamente fixados e que constam do Anexo I.

7.2 - Nos preços estão inclusos todos os custos diretos ou indiretos, os encargos necessários à execução do objeto, transporte, seguros em geral, taxas, impostos, tarifas e outras quaisquer despesas que se fizerem necessária à boa execução do objeto deste Contrato.

7.3 - Sobre o valor devido ao Contratado, a Administração do CIMPE efetuará a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte e demais contribuições devidas.

7.4 - Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/2003, e legislação municipal aplicável.

7.5 - O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão realizados pela Tesouraria do CIMPE e serão efetuados mensalmente à Contratada, conforme os valores especificados no Preço de Referência para Credenciamento constante do Anexo I, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota fiscal de prestação de serviços, de acordo com a quantidade de procedimentos efetivamente realizados.

8.2 - O Contratado deverá emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços, relatórios identificando as requisições e os atendimentos realizados, sendo que para a emissão da Nota Fiscal de Prestação de Serviço, o Contratado deverá emitir uma Nota Fiscal para cada município integrante do CIMPE, todas na razão social da Contratante e no corpo da Nota Fiscal especificar que são referentes a Procedimentos Cirúrgicos conforme Anexo I nos pacientes de determinado município referente ao mês da prestação do serviço, após a conferência da produção apresentada pelo CIMPE.

8.3 - A Administração não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9.1 - A Administração do CIMPE poderá apresentar nova proposta de valores praticados a cada período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de homologação do Edital, para o primeiro reajuste, e da data de início de vigência do reajuste anterior, nos reajustes subsequentes, em estrita observância às regras abaixo:

9.1.1 - Os valores constantes do Anexo I deste Edital poderão ser reajustados de acordo com as determinações da Câmara Técnica do CIMPE.

9.1.2 - Os valores eventualmente reajustados entrarão em vigor no dia imediatamente posterior ao transcurso de 12 meses da publicação da proposta prévia de valores praticados por parte da Administração, independentemente da data de publicação da nova proposta, e serão aplicáveis a todos os contratos em vigor, inclusive aos novos contratos.

9.2 - Os valores poderão ser revisados desde que ocorrido fato imprevisível que acarrete desequilíbrio da relação econômico-financeiro original do contrato, devidamente comprovada, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93, mediante requerimento a ser formalizado pela Credenciada.

9.3 - Os valores de referência previstos no Anexo I poderão, ainda, sofrer alteração, para eventual adequação da remuneração dos serviços objeto do presente contrato ao preço praticado em mercado. Em tal hipótese, a majoração ou redução dos valores deverá ser precedida de aprovação do Coordenador Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO/DESCRENCIAMENTO

10.1 - O Contratado poderá ter seu contrato rescindido nas seguintes hipóteses cometidas:

10.1.1 - A não realização das ações e serviços de saúde contratados:

10.1.2 - A cobrança de quaisquer serviços, direta ou indiretamente, do usuário ou seu acompanhante;

10.1.3 - A mudança de capacidade operativa do estabelecimento de saúde, sem acordo prévio;

10.1.4 - A paralisação da prestação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao CIMPE ou outras condutas caracterizadoras de inexecução contratual.

10.2 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento o CIMPE poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à Contratada as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

a) Advertência;

b) Multa na forma prevista no subitem 12.2 do Edital de Credenciamento;

c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

10.3 - Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a Credenciada:

a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;

- b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- e) Não iniciar, sem justa causa, a execução do Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento no prazo fixado;
- f) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
- g) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao CIMPE, aos Consortes e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

10.3.1 - As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

10.3.2 - As multas aplicadas na execução do Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à Contratada, a critério exclusivo da Administração do CIMPE, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.4 - O Credenciamento poderá ser rescindido por interesse do Contratado, mediante requerimento por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendado antes de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o Termo de Descredenciamento, quando cessarão as obrigações de ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1 - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte, bem como não será permitido o cometimento à terceiros da atribuição de proceder ao Credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUB-ROGAÇÃO DO CONTRATADO

12.1 - Será expressamente vedada à sub-rogação do contratado, salvo *ex vi* do disposto na cláusula seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DOS SUCESSORES

13.1 - O Contrato Prestação de Serviços pelo Sistema de Credenciamento vincula as partes que dela participam e seus sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

14.1 - O presente Contrato reger-se-á em conformidade com os termos nele expressos, com a Lei Federal nº 8.666/93, Resolução CISA nº 03/2018 e demais disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- 05.06.01 Alto Alegre 40 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
- 05.06.02 Avanhandava – 42 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 05.06.03 Barbosa – 44 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 05.06.04 Braúna – 46 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 05.06.05 Glicério – 48 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 05.06.06 Luiziânia – 50 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 05.06.07 Penápolis – 52 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

15.2 - O custo estimado desta contratação é de aproximadamente R\$, compreendendo o período de sua contratação, não constituindo esse valor , sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 - O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até/...../....., podendo qualquer interessado do ramo, durante esse prazo e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento.

16.2 - O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, por prazos iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração do CIMPE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 - Os casos omissos do presente instrumento serão resolvidos pela Secretaria Executiva do CIMPE, depois de ouvido o Contratado, devendo valer-se das disposições da Lei 8.666/93, Resolução CISA nº 03/2018 e demais disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Penápolis, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia a qualquer outro, mesmo que privilegiado.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições estipuladas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais.

Penápolis, de de 2020.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:
